

GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO MARANHÃO

GENDER AND SEXUALITY IN UNDERGRADUATE NURSING CURRICULA IN PUBLIC INSTITUTIONS IN MARANHÃO

GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LOS PLANES DE ESTUDIO DE ENFERMERÍA DE GRADO EN INSTITUCIONES PÚBLICAS DE MARANHÃO

Marcus Vinicius Barbosa Chagas¹

Layza de Paula Gusmão Silva²

Maria Idalina Rodrigues³

Mayra Portela Silva Matteucci⁴

Brenda Lohaynne do Lago Braga⁵

Sara Fiterman Lima⁶

RESUMO: Este artigo analisou a incorporação das temáticas de gênero e sexualidade nos currículos dos cursos públicos de graduação em Enfermagem do estado do Maranhão. Trata-se de pesquisa documental, descritivo-exploratória, com análise quantitativa e qualitativa de 11 cursos vigentes da UFMA e da UEMA (nove Projetos Políticos Pedagógicos de Curso integrais e duas matrizes curriculares homologadas), mediante busca lexical e validação manual apoiadas por rotinas em *Python*. Constatou-se que a totalidade dos currículos analisados foi estruturada sob as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001. Entre os 50 componentes curriculares relacionados à temática, 56% abordavam esses conteúdos de forma transversal, associados principalmente a aspectos socioculturais, vulnerabilidades e direitos, enquanto 40% apresentavam enfoque biomédico, relacionado à saúde reprodutiva e às doenças transmissíveis. Entre os 20 componentes de enfoque biomédico, 65% concentravam-se no eixo obstétrico-reprodutivo e 35% no eixo infeccioso, sem menções afirmativas à identidade de gênero ou à população LGBTQIAPN+. Somente 4% correspondiam a componentes específicos sobre gênero e sexualidade, todos de caráter optativo, e não foram identificados descritores explícitos da temática nos estágios curriculares supervisionados. Conclui-se que a inserção de gênero e sexualidade nos currículos analisados é limitada, fragmentada e descontínua, evidenciando a necessidade de maior integração desses conteúdos ao longo da formação diante das novas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2026, com vistas à integralidade e à equidade do cuidado.

Palavras – chave: Educação em Enfermagem. Minorias Sexuais e de Gênero. Equidade em Saúde. Avaliação Educacional.

¹ Mestrando em Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

² Mestranda em Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

³ Mestranda em Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

⁴ Doutoranda em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

⁵ Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

⁶ Doutora em Saúde Coletiva e Professora Adjunta, Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

ABSTRACT: This article analyzed the incorporation of gender and sexuality themes in the curricula of public undergraduate nursing courses in the state of Maranhão. This is a documentary, descriptive-exploratory research, with quantitative and qualitative analysis of 11 current courses at UFMA and UEMA (nine integral Pedagogical Course Projects and two approved curricular matrices), through lexical search and manual validation supported by routines in Python. It was found that all the curricula analyzed were structured under the 2001 National Curriculum Guidelines. Among the 50 curricular components related to the theme, 56% addressed these contents in a transversal way, mainly associated with sociocultural aspects, vulnerabilities and rights, while 40% had a biomedical focus, related to reproductive health and communicable diseases. Among the 20 components with a biomedical focus, 65% were concentrated on the obstetric-reproductive axis and 35% on the infectious axis, with no affirmative mentions of gender identity or the LGBTQIAPN+ population. Only 4% corresponded to specific components on gender and sexuality, all of which were an optional nature, and no explicit descriptors of the theme were identified in the supervised curricular internships. It is concluded that the insertion of gender and sexuality in the curricula analyzed is limited, fragmented, and discontinuous, evidencing the need for greater integration of these contents throughout training in the face of the new 2026 National Curriculum Guidelines, with a view to integrality and equity of care.

Keywords: Nursing Education. Sexual and Gender Minorities. Health Equity. Educational Measurement.

RESUMEN: Este artículo analizó la incorporación de temas de género y sexualidad en los planes de estudio de los cursos públicos de enfermería de grado en el estado de Maranhão. Se trata de una investigación documental descriptivo-exploratoria, con análisis cuantitativo y cualitativo de 11 cursos actuales en UFMA y UEMA (nueve proyectos integrales de cursos pedagógicos y dos matrices curriculares aprobadas), mediante búsqueda léxica y validación manual apoyada por rutinas en Python. Se encontró que todos los planes de estudio analizados estaban estructurados bajo las Directrices Nacionales de Currículo de 2001. Entre los 50 componentes curriculares relacionados con el tema, el 56% abordó estos contenidos de forma transversal, principalmente asociada a aspectos socioculturales, vulnerabilidades y derechos, mientras que el 40% tenía un enfoque biomédico, relacionado con la salud reproductiva y enfermedades transmisibles. Entre los 20 componentes con enfoque biomédico, el 65% se concentró en el eje obstétrico-reproductivo y el 35% en el eje infeccioso, sin menciones afirmativas de identidad de género ni de la población LGBTQIAPN+. Solo el 4% correspondió a componentes específicos sobre género y sexualidad, todos de naturaleza optativa, y no se identificaron descriptores explícitos del tema en las prácticas curriculares supervisadas. Se concluye que la inclusión de género y sexualidad en los planes de estudio analizados es limitada, fragmentada y discontinua, lo que evidencia la necesidad de una mayor integración de estos contenidos a lo largo de la formación frente a las nuevas Directrices Nacionales de Currículo 2026, con miras a la integridad y equidad en la atención.

Palabras clave: Educación en enfermería. Minorías sexuales y de género. Equidad en salud. Evaluación Educativa.

INTRODUÇÃO

A consolidação da saúde como direito universal no Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta entraves decorrentes de disparidades estruturais vivenciadas por populações vulnerabilizadas. No âmbito das minorias sexuais e de gênero, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero incide diretamente na determinação social da saúde, constituindo fonte de estigma, sofrimento psíquico e barreiras institucionais de acesso (BRASIL, 2012).

Essa conjuntura manifesta-se, por exemplo, na Atenção Primária à Saúde (APS), na qual a efetivação das diretrizes de equidade esbarra em práticas assistenciais excludentes. De acordo com Gonçalves EFM *et al.* (2023), o processo de trabalho na atenção básica permanece pautado por uma lógica cis heteronormativa que impõe obstáculos aos usuários, expressos pelo descumprimento do uso do nome social nos registros em saúde, pela restrição das demandas de cuidado ao rastreamento de infecções sexualmente transmissíveis e pela reprodução do "discurso do não saber" pelas equipes profissionais, fator que viabiliza a desresponsabilização assistencial e compromete a integralidade do cuidado.

Nesse cenário, a Enfermagem assume papel determinante, uma vez que representa uma força de trabalho em saúde e atua na linha de frente do acolhimento e da articulação do cuidado nos territórios sanitários. Parte da literatura tem apontado que a formação em Enfermagem —
3

ainda preserva referenciais biomédicos tradicionais, essencialismos biológicos e perspectivas binárias, que podem limitar o reconhecimento das necessidades relacionadas à diversidade sexual e de gênero (PRIDDLE T *et al.*, 2023).

Em consonância, Sherman ADF *et al.* (2023) identificam que os profissionais relatam persistente insegurança e déficit de habilidades para o manejo clínico dessa população, decorrentes da baixa inserção de conteúdos sobre gênero e sexualidade nas matrizes curriculares universitárias. Como consequência, a ausência de formação estruturada em competências culturais e justiça social perpetua iniquidades em saúde evitáveis, tornando indispensável o exame crítico das diretrizes pedagógicas que orientam os cursos de graduação (Sherman ADF *et al.*, 2023).

A organização dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso transcende a dimensão técnica e documental, atuando como um território de disputa epistêmica que legitima determinados saberes e reproduz silenciamentos históricos na formação em saúde (CRAWFORD J *et al.*, 2024; PRIDDLE T *et al.*, 2023).

No cenário brasileiro, a graduação em Enfermagem foi orientada por mais de duas décadas pela Resolução CNE/CES nº 3/2001, que preconizou um perfil profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo voltado às necessidades sociais em saúde (Brasil, 2001). Embora a Resolução CNE/CES nº 3/2001 tenha estabelecido esse tipo de formação, não explicitou conteúdos relacionados à diversidade sexual, à identidade de gênero ou à atenção integral às minorias sexuais e de gênero, de modo que a incorporação dessas temáticas permaneceu dependente das escolhas curriculares de cada instituição formadora (BRASIL, 2001; YU H *et al.*, 2023).

Embora estudos nacionais já tenham identificado lacunas na inserção de gênero e sexualidade na formação em Enfermagem, ainda são escassas análises que examinem, de forma abrangente, a organização curricular dos cursos públicos em âmbito estadual, considerando a distribuição dos conteúdos ao longo dos ciclos formativos e o momento de transição para as novas Diretrizes Curriculares Nacionais. A análise dos cursos públicos do Maranhão pode, assim, oferecer um diagnóstico situado e uma linha de base para acompanhar futuras mudanças curriculares (LIMA ACS, *et al.*, 2021; SILVA AAC, *et al.*, 2021; XAVIER BF, *et al.*, 2024).

Diante das lacunas ainda existentes na formação em Enfermagem, torna-se relevante compreender como as questões de gênero e sexualidade têm sido incorporadas à formação dos futuros enfermeiros. Nesse sentido, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: “Como gênero e sexualidade são contemplados nos Projetos Pedagógicos e componentes curriculares dos cursos públicos de graduação em Enfermagem do Maranhão?”

Para responder a essa questão, objetiva-se analisar a incorporação de gênero e sexualidade nos projetos pedagógicos e componentes curriculares dos cursos públicos de graduação em Enfermagem do Maranhão.

MÉTODO

Trata-se de estudo documental, descritivo-exploratório, com análise quantitativa e qualitativa de documentos institucionais. Conforme preconizam Sá-Silva JR, Almeida CD e Guindani JF (2009), a investigação documental caracteriza-se pelo exame de fontes primárias, compreendidas como materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou científico prévio, permitindo desvelar as intenções pedagógicas, as diretrizes curriculares e os significados expressos em registros e documentos oficiais.

O campo empírico da pesquisa compreendeu o universo de oferta dos cursos regulares de graduação em Enfermagem (grau bacharelado, modalidade presencial) das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado do Maranhão: a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Na UFMA, foram identificados os cursos sediados nos câmpus de São Luís, Imperatriz e Pinheiro; na UEMA, identificaram-se os cursos vinculados aos câmpus de Bacabal, Balsas, Caxias, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Santa Inês e Zé Doca, totalizando 12 cursos de formação superior em funcionamento no território estadual.

A coleta documental ocorreu entre os meses de junho e agosto de 2026, mediante busca ativa nos portais eletrônicos institucionais, sítios de transparência e sistemas acadêmicos integrados (como o SIGAA da UFMA e os portais oficiais da UEMA). Estabeleceram-se como critérios de inclusão: documentos curriculares vigentes dos cursos regulares públicos de Enfermagem do Maranhão disponíveis para consulta que contivessem o ementário das disciplinas ou a estrutura curricular oficial homologada pelas Pró-reitorias. Foram excluídos planos de ensino avulsos desarticulados do projeto institucional do curso, propostas de matrizes formalmente extintas e cursos cujos documentos curriculares apresentaram inacessibilidade pública integral.

A partir da aplicação desses critérios de elegibilidade, o corpus documental efetivamente analisado foi constituído pelos documentos curriculares vigentes de 11 cursos, contemplando 9 Projetos Políticos Pedagógicos de Curso (PPCs) integrais e 2 matrizes curriculares oficiais homologadas. Na UFMA, foram examinados 3 PPCs com estruturas curriculares autônomas e descentralizadas (São Luís, Imperatriz e Pinheiro). Na UEMA, a análise abrangeu 6 PPCs institucionalmente formalizados pelos câmpus (Bacabal, Balsas, Caxias, Colinas, Grajaú e Santa Inês) e 2 matrizes curriculares oficiais emitidas e homologadas pela Pró-Reitoria de Graduação para implantação recente com extensão universitária (Coelho Neto e Zé Doca). Cumpre assinalar que, na UEMA, os 6 câmpus com PPC integral compartilham a base da Matriz Curricular Unificada de 4.290 horas instituída pela Resolução nº 996/2012-CEPE, preservando ementas obrigatórias padronizadas e variações no rol de disciplinas optativas.

Em contrapartida, o curso vinculado ao câmpus de Coroatá foi excluído da análise empírica em virtude da inacessibilidade documental, decorrente da indisponibilidade do projeto

pedagógico, da matriz curricular nos portais institucionais e da ausência de resposta às solicitações formais encaminhadas à gestão da UEMA.

O uso dessas fontes documentais justifica-se pelo fato de que os PPCs fornecem as bases filosóficas, os objetivos formativos, os perfis dos egressos e as ementas das disciplinas, ao passo que as matrizes curriculares explicitam a organização operacional da formação, indicando a seriação cronológica, a carga horária e a natureza administrativa de cada componente (obrigatório do núcleo comum ou optativo de período flexível), viabilizando o diagnóstico fidedigno mesmo nos cursos em fase de consolidação documental (SÁ-SILVA JR, ALMEIDA CD E GUINDANI JF, 2009).

Para o rastreamento dos dados no *corpus* documental, procedeu-se à varredura textual nos objetivos gerais e específicos, perfis dos egressos e as ementas dos componentes curriculares obrigatórios e optativos. A estratégia de busca inicial foi orientada pelo descritor indexado no DeCS "Minorias Sexuais e de Gênero", associado aos seguintes termos livres: "gênero", "sexualidade", "diversidade sexual", "LGBT", "LGBTQIA+", "identidade de gênero", "orientação sexual", "população vulnerável", "direitos sexuais e reprodutivos" e "direitos humanos". Após a identificação das ocorrências nos trechos documentais (unidades de contexto), registrou-se a emergência de expressões adicionais correlatas (como "travestismo", "homossexualidade", "trans-sexualidade", "doenças transmissíveis", "DST/IST/Aids", "determinantes sociais", "minorias sociais" e "cidadania"), que foram catalogadas qualitativamente para subsidiar a categorização temática.

6

O processamento e a categorização dos componentes curriculares foram realizados a partir de três categorias analíticas mutuamente excludentes: (a) específicas, quando gênero e/ou sexualidade constituíam o objeto central do componente; (b) biomédicas, quando a temática aparecia inserida predominantemente em conteúdos clínicos, biológicos, obstétrico-reprodutivos ou epidemiológicos/infecciosos; e (c) transversais, quando abordada no contexto de conteúdos sociais, éticos, culturais, de direitos humanos ou diversidade ampla. A classificação foi conduzida pelos pesquisadores com conferência por pares, sendo as eventuais divergências resolvidas por consenso.

Para o processamento e a mineração dos dados curriculares, os documentos institucionais obtidos em *Portable Document Format* (PDF) foram convertidos para texto digital legível por máquina. Nos arquivos que apresentavam trechos digitalizados ou em formato de

imagem, aplicaram-se técnicas de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para assegurar a extração integral dos conteúdos. Sequencialmente, o *corpus* textual foi submetido a leitura de dados desenvolvidas em linguagem *Python*, compreendendo a padronização dos caracteres em caixa baixa, a remoção de diacríticos (sinais e pontuações) e a eliminação de marcas de formatação, garantindo a precisão dos dados.

A varredura automatizada foi executada por meio de algoritmos de busca por expressões regulares (*regex*), estruturados a partir dos descritores DeCS e do dicionário de termos correlatos expandidos. Todas as ocorrências recuperadas de forma automática foram subsequentemente submetidas a uma validação e auditoria manual minuciosa em seu contexto original (unidades de contexto). Essa etapa de checagem foi indispensável para filtrar e excluir termos fora do contexto analisado, bem como para classificar o sentido exato empregado em cada ementa. Por fim, os recursos em *Python* subsidiaram a organização das matrizes de dados e o cálculo das frequências absolutas e relativas, enquanto a interpretação dos sentidos foi orientada pela leitura analítica e reflexiva dos trechos documentais.

Por se tratar de pesquisa documental baseada exclusivamente no exame de documentos institucionais de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos e sem identificação de sujeitos, o estudo esteve isento de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), em consonância com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), assegurando-se o rigor ético e a fidedignidade científica.

7

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos projetos políticos pedagógicos

A análise dos 11 cursos de Enfermagem (9 PPCs integrais e duas matrizes curriculares) das instituições públicas maranhenses revela que a maior parte dos documentos vigentes foi elaborada conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Enfermagem, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 3/2001.

Quadro 1 - Caracterização socioinstitucional, normativa e pedagógica dos Projetos Políticos Pedagógicos e Matrizes Curriculares de Enfermagem (UFMA e UEMA).

Código / IES / Câmpus / Documento analisado	Ano / Vigência da Matriz	Ato Normativo de Aprovação	DCN de Referência	Carga Horária e Integralização
--	-----------------------------	-------------------------------	-------------------	-----------------------------------

PPC – 01 - UFMA/ São Luís (PPC Integral)	2015	Resolução nº 1.354- CONSEPE (04/12/2015)	Resolução CNE/CES nº 3/2001	5.085 h / 10 a 15 semestres
PPC-02 - UFMA/ Imperatriz (PPC Integral)	2020	Resolução nº 1.977- CONSEPE (Criação: Res. nº 83/2005- CONSUN)	Resolução CNE/CES nº 3/2001	4.365 h / 10 a 15 semestres
PPC-03 - UFMA/ Pinheiro (PPC Integral)	2014	Resolução nº 189- CONSUN (Portaria GR nº 556/2013)	Resolução CNE/CES nº 3/2001	4.510 h / 10 a 15 semestres
PPC-04 - UEMA/ Caxias (PPC Integral)	2014	Resoluções nº 209 e 210/2009-CEE; Res. nº 205/2012-CEE	Resolução CNE/CES nº 3/2001	4.290 h / 10 semestres (5 anos)
PPC-05 - UEMA/ Bacabal (PPC Integral)	2018	Processo Adm. nº 272.538; Res. nº 1.045/2012-CEPE	Resolução CNE/CES nº 3/2001	4.290 h / 10 a 15 semestres
PPC-06 - UEMA/ Balsas (PPC Integral)	2018	Processo Adm. nº 72.617; Res. nº 205/2012 e 215/2017- CEE	Resolução CNE/CES nº 3/2001	4.290 h / 10 a 15 semestres
PPC-07 - UEMA/ Coelho Neto (Matriz curricular PROG)	2025.2	Matriz Homologada PROG/UEMA 2025 (Código nº 1213054)	Resolução CNE/CES nº 3/2001 (com Res. nº 7/2018 - Extensão)	4.395 h / 10 a 15 semestres
PPC-08 - UEMA/ Colinas (PPC Integral)	2015	Portaria de Elaboração nº 01/2015-CESCO e normas CEPE	Resolução CNE/CES nº 3/2001	4.290 h / 10 semestres
PPC-09 - UEMA/ Grajaú (PPC Integral)	2016	Resolução nº 804/2008- CEPE/UEMA e renovações	Resolução CNE/CES nº 3/2001	4.290 h / 10 a 14 semestres
PPC-10 - UEMA /Santa Inês (PPC Integral)	2016	Resoluções CEPE/UEMA e atos normativos CEE/MA	Resolução CNE/CES nº 3/2001	4.290 h / 10 a 14 semestres
PPC-11 - UEMA/ Zé Doca (Matriz Curricular PROG)	2025	Matriz homologada assinada digitalmente via gov.br (PROG/UEMA)	Resolução CNE/CES nº 3/2001 (com Res. nº 7/2018 - Extensão)	4.290 a 4.395 h / 10 a 15 semestres

Fonte: CHAGAS MVB, *et al.*, 2026; dados extraídos dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso e matrizes curriculares oficiais da UFMA e UEMA (2026).

Conforme sintetizado no Quadro 1, a maioria dos cursos foi aprovada formalmente pelos conselhos superiores entre os anos de 2014 e 2020, situando-se em um período anterior às discussões que culminaram nas novas diretrizes homologadas pela Resolução CNE/CES nº 1/2026. Essa conjuntura temporal contextualiza a ausência de componentes curriculares

obrigatórios sobre diversidade de gênero e orientação sexual, visto que o marco regulatório de 2001 não estabelecia orientações explícitas sobre tais temáticas, deixando a sua inserção a critério exclusivo de cada instituição formadora.

No que tange à organização da carga horária e à arquitetura curricular, observa-se uma nítida distinção no padrão adotado pelas duas universidades públicas. Na UEMA, predomina uma estrutura unificada nos centros regionais com PPC integral analisados (a exemplo de Bacabal, Balsas, Caxias, Colinas, Grajaú e Santa Inês), cuja matriz curricular é padronizada em 4.290 horas, fruto das normativas de unificação curricular desencadeadas pela Resolução nº 996/2012-CEPE.

Em contrapartida, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) apresenta maior variabilidade entre seus câmpus, com cargas horárias que oscilam entre 4.365 horas em Imperatriz, 4.510 horas em Pinheiro e 5.085 horas em São Luís, refletindo a descentralização e a autonomia departamental na formatação de seus percursos de graduação.

Em contraposição aos currículos elaborados na década anterior, os cursos de implantação recente da UEMA, representados por Coelho Neto e Zé Doca, apresentam matrizes homologadas para vigência a partir de 2025. Esses projetos incorporam formalmente a curricularização da extensão, em cumprimento à Resolução CNE/CES nº 7/2018, elevando a carga horária total para 4.395 horas. Ademais, é precisamente nessas matrizes atualizadas dos câmpus de Zé Doca e Coelho Neto que surge, pela primeira vez no ensino superior público de Enfermagem no estado, a disciplina específica “Gênero e Sexualidade” (60 horas).

Embora a presença desse componente indique uma sensibilidade curricular emergente às discussões sociopolíticas contemporâneas, a sua alocação no regime optativo mantém a formação restrita ao interesse individual do acadêmico, não garantindo a universalização desses conteúdos para todos os concluintes.

Distribuição curricular de gênero e sexualidade entre as instituições

A análise da distribuição de gênero e sexualidade nos componentes curriculares evidenciou diferentes modalidades de abordagem entre as instituições públicas de ensino do estado, conforme discriminado na Tabela 1

Tabela 1 - Distribuição dos componentes curriculares identificados segundo tipo de abordagem e instituição (N=50).

Instituição de Ensino Superior (IES)	Específico	Biomédico	Transversal	Total de Componentes Identificados
UFMA (São Luís, Imperatriz, Pinheiro)	0 (0,0%)	8 (40,0%)	12 (60,0%)	20 (100,0%)
UEMA (9 Câmpus)	2 (6,7%)	12 (40,0%)	16 (53,3%)	30 (100,0%)
Total	2 (4,0%)	20 (40,0%)	28 (56,0%)	50 (100,0%)

Fonte: CHAGAS MVB, et al., 2026; dados extraídos dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso e matrizes curriculares oficiais da UFMA e UEMA (2026).

A análise comparativa entre a UFMA e a UEMA demonstrou um padrão descritivo e proporcionalmente semelhante na distribuição das abordagens pedagógicas adotadas nos componentes curriculares de Enfermagem, conforme apresentado na Tabela 1. Em ambas as redes de ensino observou-se o predomínio de conteúdos de caráter transversal (60,0% na UFMA e 53,3% na UEMA), seguidos por componentes de enfoque biomédico (40,0% na UFMA e 40,0% na UEMA). Cabe ressaltar que a oferta de disciplinas de caráter específico esteve restrita à UEMA (6,7%), enquanto a UFMA não apresentou nenhum componente com essa característica.

10

Tal constatação converge com os achados de Beraldi ML et al. (2024), cuja revisão sistemática aponta que o ensino da sexualidade na graduação em Enfermagem no cenário nacional permanece caracterizado pela pontualidade e pela secundarização nos projetos formativos.

Quanto ao regime de oferta, as únicas disciplinas específicas sobre gênero e sexualidade identificadas nos 11 câmpus foram “Gênero e Sexualidade” (60h), ofertadas pela UEMA nos câmpus de Coelho Neto e Zé Doca, ambas de caráter optativo/flexível. Assim, as disciplinas específicas estão concentradas em sua totalidade nos componentes optativos.

Conforme apontam Sherman ADF et al. (2023) e Silva Neto MA et al. (2025), a opção por alocar essas discussões em componentes optativos delega a responsabilidade formativa ao interesse individual do discente. Como consequência, pode-se formar profissionais tecnicamente despreparados para o acolhimento qualificado dessa população, perpetuando o estigma e as barreiras de acesso no SUS.

Sob a perspectiva longitudinal, a análise dos 50 componentes curriculares mapeados evidencia uma descontinuidade entre os ciclos de formação da graduação em Enfermagem. No ciclo básico, que abrange do 1º ao 4º período, observa-se o predomínio de abordagens transversais em disciplinas das ciências humanas e sociais, como Antropologia e Sociologia.

Em contrapartida, a partir do ciclo profissionalizante (5º ao 8º período), constata-se uma mudança no direcionamento do ensino, passando a predominar a abordagem biomédica em disciplinas como Saúde da Mulher, Infectologia e Doenças Transmissíveis. Nessa etapa, a discussão passa a ser circunscrita prioritariamente ao ciclo gravídico-puerperal e à vigilância epidemiológica de infecções transmissíveis.

Conforme discutido por Yu H *et al.* (2023), essa separação entre as discussões socioculturais do início da graduação e o treinamento clínico fragmenta o aprendizado, dificultando que o estudante consiga traduzir referenciais teóricos de equidade e direitos humanos em condutas assistenciais concretas na consulta de enfermagem.

Nos componentes de Estágio Curricular Supervisionado (9º e 10º períodos), não foram identificadas menções aos descritores de gênero e sexualidade nas ementas e objetivos analisados. Embora a ausência documental não permita afirmar que tais conteúdos inexistem nas práticas de campo, o achado indica que as competências voltadas à equidade e à diversidade não estão formalizadas como critérios de avaliação da etapa final da formação. Essa lacuna converge com os apontamentos de McCann E e Brown M (2018) sobre a carência de integração da temática LGBTQIAPN+ na transição para a prática clínica. Considerando que a assistência de enfermagem requer o reconhecimento das identidades de gênero e orientações sexuais como constitutivas do cuidado integral (Brasil, 2012), a ausência de explicitação da temática nos documentos dos estágios supervisionados pode representar uma fragilidade na formalização da articulação entre os referenciais de direitos humanos e o desenvolvimento de competências assistenciais voltadas à diversidade sexual e de gênero.

Inserção curricular de gênero e sexualidade: fragmentação e invisibilidade

Os dados da Tabela 2 mostram a distribuição dos termos identificados nos 50 componentes curriculares analisados. Observou-se a predominância de categorias gerais, como “população vulnerável, minorias e determinantes sociais”, presente em 23 disciplinas (46,0%), e “gênero associado à reprodução feminina e saúde da mulher”, em 14 componentes (28,0%).

Quanto às menções diretas, os descritores “gênero” e “sexualidade / orientação sexual” constaram em 12 (24,0%) e 10 (20,0%) disciplinas, respectivamente. O tema das infecções transmissíveis foi identificado em 9 componentes (18,0%). Em contrapartida, registrou-se frequência nula para termos afirmativos de identidade de gênero e para as siglas LGBT, LGBTI ou LGBTQIA+.

Tabela 2 - Distribuição e prevalência dos descritores temáticos nos componentes curriculares analisados por categoria analítica (N = 50).

Eixo / Descritor Temático	Ocorrências Totais (f)	Componentes com o Termo (n)	Prevalência (N=50)
GRUPO A: Menções Diretas à Temática			
Gênero (<i>marcador social / analítico</i>)	12	12	24,0%
Sexualidade / Orientação Sexual	10	10	20,0%
Identidade de Gênero	0	0	0,0%
Sigla LGBT+ / LGBTQIA+ / Variantes	0	0	0,0%
Travestismo, Homossexualidade, Transsexualidade	3	1	2,0%
GRUPO B: Menções Amplas ou Correlatas			
População vulnerável / minorias sociais / determinantes sociais	23	23	46,0%
Gênero associado estritamente à reprodução feminina	14	14	28,0%

DST / IST / AIDS / Doenças transmissíveis	9	9	18,0%
Direitos Humanos e Cidadania	4	4	8,0%
Total	75	—	—

Fonte: CHAGAS MVB, *et al.*, 2026; dados extraídos dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso e matrizes curriculares oficiais da UFMA e UEMA (2026).

As ementas examinadas utilizam expressões amplas, como “População vulnerável”, “minorias sociais” e “direitos humanos”, sem especificar a população LGBTQIAPN+. Esse dado indica que as propostas curriculares abordam as desigualdades sociais de maneira abrangente, mas não incluem explicitamente as singularidades desse segmento.

Conforme apontam Lionço T (2008) e Caetano AS, *et al.* (2023), o uso exclusivo de nomenclaturas genéricas mantém a invisibilidade da diversidade sexual nos cursos de saúde. Além disso, Silva PHA, *et al.* (2018) ressaltam que conteúdos curriculares pouco detalhados limitam o preparo teórico dos estudantes sobre o tema. Essa lacuna formativa reflete-se na prática profissional: a falta de capacitação técnica gera insegurança nas equipes, resultando em barreiras de acesso e constrangimento aos usuários nos serviços de saúde (FERREIRA BO e

13

BONAN C, 2015). Na ementa de Embriologia do câmpus de São Luís (UFMA), os termos ‘transsexualidade’, ‘homossexualidade’ e ‘travestismo’ aparecem associados a conteúdos sobre o aparelho urogenital e a nomenclaturas como ‘hermafroditismo’ e ‘pseudo-hermafroditismo’. O contexto em que essas expressões são apresentadas remete a referenciais históricos de classificação médico-biológica dos corpos e das sexualidades, aspecto que merece problematização à luz das concepções contemporâneas de diversidade sexual e de gênero.

Guimarães RC, Lorenzo CFG e Mendonça AVM (2021) observam que discursos clínicos estruturados sob essa ótica tratam a heterossexualidade e a cisgeneridade como padrões únicos de normalidade. Essa perspectiva contraria as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, que orienta a despatologização dessas identidades e o respeito à dignidade humana no SUS (Brasil, 2012).

Abordagem biomédica: a concentração do ensino em saúde reprodutiva e infecções sexualmente transmissíveis

Este eixo analítico compreende as disciplinas em que gênero e sexualidade são abordados sob prismas clínicos, biológicos e epidemiológicos, sem centralidade formativa.

Dentre os 20 componentes mapeados (Tabela 3), a totalidade distribuiu-se em apenas dois eixos: “Obstetrícia, reprodução e saúde da mulher”, com 13 disciplinas (65,0%), tais como Saúde da Mulher e Embriologia, e “Patologia, vigilância e controle infeccioso”, com 7 componentes (35,0%), a exemplo de DST/AIDS e Infectologia.

Tabela 3 - Abordagem biomédica da Sexualidade e Gênero nos Componentes Disciplinares (N = 20).

Eixo de Abordagem Biomédica	Componentes Mapeados	Componentes (n)	Proporção Interna (%)
Obstetrícia, reprodução e saúde da mulher	Saúde da Mulher (módulo único ou I e II); Embriologia.	13	65,0%
Patologia, vigilância e controle infeccioso	DST/AIDS, Infectologia, Doenças Transmissíveis, Vigilância em Saúde.	7	35,0%
Outras abordagens / fisiológicas	—	0	0,0%
Total		20	100,0%

Fonte: CHAGAS MVB, et al., 2026; dados extraídos dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso e matrizes curriculares oficiais da UFMA e UEMA (2026).

Quando se analisa o *corpus* das disciplinas, evidencia-se que gênero e sexualidade são abordados predominantemente sob dois enfoques: reprodução feminina e risco de infecções. Esse predomínio revela uma formação centrada em aspectos anatômicos, reprodutivos, patológicos e epidemiológicos. Esse achado converge com Priddle T *et al.* (2023), que identificaram escassez de conteúdos LGBTIQIAPN+ na formação em Enfermagem e a permanência de perspectivas heteronormativas, estereotipadas e binárias.

Representando a maioria expressiva do eixo biomédico (13 disciplinas; 65,0%), o núcleo de obstetrícia e reprodução ancora o debate de gênero predominantemente na saúde da mulher, com ênfase na função reprodutiva, no ciclo gravídico-puerperal e em afecções ginecológicas. Tal

perspectiva, marcadamente cis heteronormativa, acaba por invisibilizar as particularidades e necessidades em saúde de mulheres lésbicas, bissexuais e de homens trans (MERT-KARADAS M E YUCEL-OZCIRPAN C, 2023).

Nesse sentido, a limitada abordagem da saúde reprodutiva LGBTQIAPN+ e da diversidade de gênero compromete uma formação inclusiva para o cuidado, tornando-se necessária a ampliação curricular para além de referenciais reprodutivos cisgêneros (CRAWFORD J *et al.*, 2024).

Além disso, as disciplinas de patologia, vigilância e controle infeccioso apresentam o mesmo padrão biomédico. No PPC da UEMA no polo de Caxias, a disciplina optativa “DST” contempla “orientação sexual e reprodutiva”, mas a associa à educação preventiva, DST-Aids, aspectos clínicos e epidemiológicos e atendimento a “grupos específicos”. Já em Santa Inês, “DST/AIDS” explicita “sexualidade e relação de gênero”, seguida de conteúdos referentes às políticas e programas de DST/AIDS e aos aspectos clínicos e epidemiológicos dessas infecções.

Embora esses conteúdos sejam essenciais à formação, sua centralidade pode restringir a compreensão da saúde LGBTQIAPN+ aos riscos e agravos, em detrimento de suas múltiplas dimensões. A formação em Enfermagem requer uma integração curricular mais ampla, articulada à saúde populacional, aos determinantes sociais da saúde, à justiça social, à interseccionalidade, à competência cultural e à defesa de direitos. Desse modo, a formação deve ultrapassar conteúdos isolados ou predominantemente infectológicos, favorecendo um cuidado integral, competente e afirmativo (SHERMAN ADF *et al.*, 2023; YU H *et al.*, 2023).

Os resultados devem ser interpretados à luz de algumas limitações. Por se tratar de estudo documental, a análise restringe-se ao conteúdo formalmente registrado nos PPCs, matrizes curriculares, ementas e objetivos, não permitindo afirmar como as temáticas são efetivamente desenvolvidas nas práticas de sala de aula ou nos cenários de estágio. Além disso, a estratégia de busca lexical pode não apreender conteúdos desenvolvidos sob terminologias distintas das previstas no dicionário de busca. Cumpre considerar ainda que os documentos analisados foram formulados em diferentes conjunturas institucionais sob a vigência das DCNs de 2001, devendo tais defasagens históricas ser ponderadas na interpretação dos achados.

Não obstante tais limitações, o estudo adquire relevância estratégica ao oferecer um diagnóstico abrangente dos currículos públicos maranhenses no início da transição normativa da Enfermagem brasileira. A recente homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais

(Resolução CNE/CES nº 1/2026), que estabelece a inclusão, os direitos humanos e as relações de gênero como eixos transversais da formação, impõe uma oportunidade concreta de revisão dos projetos pedagógicos até junho de 2028 (Brasil, 2026).

Nesse contexto, os achados consolidam uma linha de base empírica para subsidiar tanto os processos locais de reformulação curricular quanto futuras pesquisas comparativas destinadas a verificar se a adequação às novas diretrizes resultará na ampliação, transversalização e qualificação da atenção à diversidade sexual e de gênero no SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos curriculares evidenciou que gênero e sexualidade aparecem de forma limitada e desigual nos cursos públicos de graduação em Enfermagem do Maranhão, com maior presença em conteúdos transversais e em componentes de enfoque biomédico, especialmente relacionados à saúde reprodutiva e às infecções transmissíveis.

Componentes específicos sobre a temática foram restritos ao regime optativo, e não foram identificadas menções explícitas nos documentos dos estágios supervisionados. Os achados apontam a necessidade de maior integração longitudinal da diversidade sexual e de gênero ao longo da formação e oferecem uma linha de base para acompanhar as mudanças curriculares decorrentes das novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem.

16

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

REFERÊNCIAS

BERALDI ML, *et al.* O ensino da sexualidade em cursos de Graduação em Enfermagem: revisão sistemática da literatura. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, 2024; 28: e230310.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 nov. 2001. Seção 1, p. 37.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 32 p. (Série E. Legislação de Saúde).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 15 de maio de 2026. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, bacharelado e licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 maio 2026. Seção 1, p. 32.

CAETANO AS, *et al.* Propostas curriculares em ensino de saúde LGBTQIA+ na graduação em saúde. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, 2023; 27: e20230058.

CRAWFORD J, *et al.* Gender inclusive and affirming practices across undergraduate nursing curriculum: A scoping review. **Nurse Education Today**, 2024; 141: 106320.

FERREIRA BO; BONAN C. Vários tons de "não": relatos de profissionais da Atenção Básica na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2015; 20(4): 1045-1054.

GONÇALVES EFM, *et al.* Saúde de LGBTQIA+ na atenção básica de saúde: uma revisão de escopo. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, 2023; 47(Especial 1): e9111.

GUIMARÃES RC; LORENZO CFG; MENDONÇA AVM. Sexualidade e estigma na saúde: uma análise da patologização da diversidade sexual nos discursos de profissionais da rede básica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2021; 31(1): e310128.

LIMA ACS, *et al.* Gênero e sexualidade na formação de enfermeiros no ensino superior público brasileiro: estudo documental. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 2021; 11: e3877.

LIONÇO T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, 2008; 17(2): 11-21.

MCCANN E; BROWN M. The inclusion of LGBT+ health issues within undergraduate healthcare education and professional training programmes: a systematic review. **Nurse Education Today**, 2018; 64: 204-214.

MERT-KARADAS M e YUCEL-OZCIRPAN C. The impact of an educational program based on the reproductive health of LGBT individuals developed for nursing students to improve the knowledge, skills and attitudes of students: A quasi-experimental study. **Nurse Education in Practice**, 2023; 70: 103668.

PRIDDLE T; CRAWFORD T; POWER T. The inclusion and representation of LGBTIQ+ content in undergraduate nurse education: A scoping review. **Nurse Education Today**, 2023; 124: 105771.

SÁ-SILVA JR; ALMEIDA CD; GUINDANI JF. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, 2009; 1(1): 1-15.

SHERMAN ADF, *et al.* Nursing pre-licensure and graduate education for LGBTQ health: A systematic review. **Nursing Outlook**, 2023; 71(2): 101907.

SILVA AAC, *et al.* Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária. **Revista Eletrônica de Enfermagem do Vale do Araguaia - REVISA**, 2021; 10(2): 291-303.

SILVA NETO MA, *et al.* Propostas curriculares em ensino de saúde LGBTQIA+ na graduação em saúde de uma universidade pública da região norte do Brasil. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, 2025; 29: e20250013.

SILVA PHA, *et al.* Sexualidade na grade curricular acadêmica de enfermagem: avaliação em universidades. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, 2018; 12(3): 750-758.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA). **Projetos Pedagógicos e Matrizes Curriculares dos Cursos de Enfermagem (Câmpus Bacabal, Balsas, Caxias, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Santa Inês e Zé Doca)**. São Luís: Pró-Reitoria de Graduação/UEMA, 2013-2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem (Campi São Luís, Imperatriz e Pinheiro)**. São Luís: UFMA, 2014-2020.

XAVIER BF, *et al.* Saúde da população LGBTQIA+ na formação de enfermeiros em instituições públicas brasileiras. **Revista Contexto & Saúde**, 2024; 24(48): e14555.

YU H; BAUERMEISTER JA; FLORES DD. LGBTQ+ health education interventions for nursing students: A systematic review. **Nurse Education Today**, 2023; 121: 105661.